

LIVRO I	
NOÇÕES GERAIS.....	35
1. INTRODUÇÃO.....	36
1. O processo civil.....	36
1.1. Conceito.....	37
1.2. Processo civil — direito público ou privado?.....	38
1.3. Direito material × direito processual.....	38
1.4. Instrumentalidade do processo.....	39
1.5. O processo civil e os demais ramos do direito.....	39
2. Breve histórico do processo civil.....	41
2.1. Introdução.....	41
2.2. Direito romano.....	42
2.3. Período medieval.....	42
2.4. O processo civil moderno.....	42
2.5. O momento atual e as perspectivas para o futuro.....	43
2.6. Esquematização do histórico do processo civil.....	44
3. O processo civil no Brasil.....	44
2. A LEI PROCESSUAL CIVIL.....	47
1. Norma jurídica.....	47
2. Duas categorias de normas: as cogentes e as não cogentes.....	47
3. Norma processual.....	48
4. Fontes formais da norma processual civil.....	48
4.1. A lei federal como fonte formal do processo civil.....	49
4.2. Constituição e leis estaduais.....	49
4.3. Fontes formais acessórias.....	50
4.4. Súmulas vinculantes.....	50
5. Fontes não formais do processo.....	53
5.1. Jurisprudência.....	54
6. Interpretação da lei.....	54
6.1. Hermenêutica jurídica.....	54
6.2. Métodos de interpretação.....	55
6.3. Quadro indicativo dos vários métodos de interpretação.....	56
7. Lei processual civil no espaço.....	56
8. Lei processual civil no tempo.....	56
8.1. Vigência.....	56

8.2. A lei processual nova e os processos em curso	57
8.3. Isolamento dos atos processuais	58
8.4. Lei nova que altera competência.....	59
3. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL	60
1. Introdução	60
2. Princípios gerais do processo civil na Constituição Federal	60
2.1. Princípio do devido processo legal	60
2.2. Princípio do acesso à justiça	61
2.3. Princípio do contraditório.....	62
2.4. Princípio da duração razoável do processo.....	65
2.5. Princípio da isonomia	66
2.6. Princípio da imparcialidade do juiz (juiz natural)	68
2.7. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	71
2.8. Princípio da publicidade dos atos processuais	72
2.9. Princípio da motivação das decisões judiciais.....	73
3. Princípios infraconstitucionais do processo civil.....	74
3.1. Introdução	74
3.2. Princípio dispositivo	74
3.3. Princípio da oralidade.....	77
3.4. Princípio da persuasão racional (ou livre convencimento motivado).....	80
4. Questões	81

LIVRO II

INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL.....	85
1. INTRODUÇÃO.....	86
2. JURISDIÇÃO CIVIL	87
1. Introdução	87
2. Conceito	87
3. Jurisdição, legislação e administração.....	87
4. Características essenciais da jurisdição.....	88
5. Espécies de jurisdição.....	89
5.1. Jurisdição contenciosa e voluntária	89
5.2. Classificação da jurisdição quanto ao objeto.....	89
5.3. Classificação da jurisdição quanto ao tipo de órgão que a exerce	90
5.4. Classificação da jurisdição quanto à hierarquia	90
6. Jurisdição e competência	90
3. DA COMPETÊNCIA.....	91
1. Introdução	91
2. Competência internacional (jurisdição de outros Estados).....	91
2.1. Sentença estrangeira	92
2.2. O que pode e o que não pode ser julgado pela justiça brasileira	93
3. Competência interna	95

3.1.	Introdução	95
3.2.	Noções sobre a estrutura do Poder Judiciário	95
3.3.	Quadro esquemático da estrutura do Poder Judiciário.....	97
3.4.	Algumas premissas para a compreensão das regras de competência interna	97
3.5.	Conceito de foro e juízo	97
3.6.	A competência de foro e juízo	98
3.7.	Competência absoluta e relativa.....	99
3.8.	A perpetuação de competência	100
3.9.	Critérios para a fixação de competência.....	101
3.10.	Como identificar se uma regra de competência é absoluta ou relativa?.....	103
3.11.	Esquema dos critérios para apuração de competência	105
3.12.	Um exemplo de como apurar a competência	105
3.13.	Regras gerais para a apuração de competência	106
3.14.	Competência da Justiça Federal.....	107
3.15.	A apuração do foro competente	111
3.16.	Alguns exemplos de competência funcional	116
3.17.	Esquema resumido das regras de competência de foro	117
3.18.	Competência de juízo — breves considerações.....	118
3.19.	A competência nos Juizados Especiais Cíveis.....	118
4.	A modificação de competência.....	119
4.1.	Prorrogação de competência.....	120
4.2.	Derrogação.....	120
4.3.	Conexão.....	121
4.4.	Continência	125
5.	Prevenção	125
6.	Conflito de competência	126
6.1.	Procedimento do conflito	126
7.	Questões	127
4.	DA AÇÃO	131
1.	Introdução	131
2.	Direito material e direito de ação	131
3.	O direito de ação	132
3.1.	Introdução	132
3.2.	Natureza	133
3.3.	A ação e os demais institutos fundamentais do processo civil (jurisdição, exceção e processo).....	133
3.4.	As duas acepções de “ação”.....	134
3.5.	O direito de ação é condicionado.....	137
3.6.	Os elementos da ação.....	146
3.7.	Classificação das ações.....	152
4.	Questões	154
5.	O DIREITO DE DEFESA (EXCEÇÃO).....	156
1.	Introdução	156
1.1.	As várias acepções em que a palavra “exceção” pode ser tomada.....	156

1.2. Esquema das várias acepções do termo “exceção”	158
6. O PROCESSO	159
1. Introdução	159
2. Processo e procedimento	159
3. Instrumentalidade do processo	160
4. Diversos tipos de processo	160
5. O processo eclético	160
6. Processo e ação	161
7. Pressupostos processuais	161
7.1. Pressupostos processuais, condições da ação e mérito	161
7.2. Os pressupostos processuais como matéria de ordem pública	162
7.3. Pressupostos processuais de existência e validade	162
8. Questões	169

LIVRO III

OS SUJEITOS DO PROCESSO.....	171
-------------------------------------	------------

1. DAS PARTES E SEUS PROCURADORES.....	172
1. Introdução	172
2. Capacidade de ser parte	172
3. Capacidade processual	174
3.1. Representação e assistência	174
4. Curador especial	175
4.1. Curador especial dos incapazes	175
4.2. Curador especial do réu preso	176
4.3. Curador especial do réu citado fictamente	176
4.4. Curador especial em favor do idoso	177
4.5. Poderes do curador especial	177
4.6. Curador especial em execução	177
4.7. Curador especial na ação monitória	178
4.8. Exercício da função de curador especial	178
4.9. Se não nomeado o curador especial pode haver nulidade	178
5. Integração da capacidade processual das pessoas casadas	179
5.1. Introdução	179
5.2. Ações que versam sobre direito real imobiliário	179
5.3. Outorga uxória ou marital	179
5.4. O polo ativo das ações que versem sobre direito real imobiliário	180
5.5. O polo passivo das ações que versem sobre direito real imobiliário	181
5.6. Outorga uxória e união estável	181
5.7. Forma da outorga uxória	181
5.8. A recusa da outorga e a possibilidade de suprimento	182
5.9. Esquema da capacidade processual das pessoas casadas nas ações que versem direito real sobre bens imóveis	182
6. Regularização da capacidade processual e da representação processual	182
7. Dos deveres das partes e seus procuradores	183

7.1. Introdução	183
7.2. Dos deveres	183
7.3. Dos deveres das partes quanto às despesas processuais.....	186
7.4. Multas.....	187
7.5. Honorários advocatícios.....	187
8. Dos procuradores	188
9. Da substituição das partes e dos procuradores	189
9.1. Da alienação da coisa ou do direito litigioso.....	189
9.2. A sucessão em caso de morte.....	190
9.3. Substituição de procuradores	191
10. Questões	191
2. DO LITISCONSÓRCIO.....	193
1. Introdução	193
2. Justificativa	193
3. Litisconsórcio multitudinário.....	193
3.1. Requisitos para que haja o desmembramento.....	194
3.2. Questões práticas sobre o desmembramento	194
3.3. O desmembramento requerido pelo réu.....	195
3.4. Recurso em caso de desmembramento	195
4. Classificação do litisconsórcio.....	195
4.1. Litisconsórcio necessário.....	196
4.2. O litisconsórcio facultativo	197
4.3. O litisconsórcio unitário	200
4.4. Litisconsórcio simples.....	200
4.5. Das diversas combinações possíveis.....	201
5. Momento de formação do litisconsórcio.....	201
6. Problemas relacionados ao litisconsórcio necessário	202
6.1. Introdução	202
6.2. Das consequências da ausência, no processo, de um litisconsorte necessário	202
6.3. A formação do litisconsórcio necessário.....	202
7. O regime do litisconsórcio	204
7.1. Regime no litisconsórcio simples	205
7.2. Litisconsórcio unitário.....	205
7.3. Esquema do regime do litisconsórcio	206
8. Os litisconsortes com procuradores diferentes.....	206
9. Questões	207
3. DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	209
1. Introdução	209
2. Intervenção de terceiros voluntária e provocada	209
3. Quando o terceiro transforma-se em parte	209
4. Intervenção de terceiros e a ampliação dos limites objetivos da lide.....	210
5. A intervenção de terceiros não cria um novo processo	210
6. Tipos de processo que admitem intervenção de terceiros	210
7. Das diversas formas de intervenção.....	211
7.1. Assistência.....	211

7.2. Da oposição.....	220
7.3. Nomeação à autoria.....	225
7.4. Denúnciação da lide.....	228
7.5. Chamamento ao processo.....	238
8. Panorama geral das diversas espécies de intervenção.....	244
9. Questões.....	246
4. DA INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PROCESSO CIVIL.....	251
1. Introdução.....	251
2. O Ministério Público como parte.....	251
2.1. O Ministério Público como parte e os honorários advocatícios.....	252
3. O Ministério Público como fiscal da lei.....	252
3.1. Consequências da falta de intervenção do Ministério Público como fiscal da lei...	254
4. Aspectos processuais da intervenção do Ministério Público.....	254
5. Procedimento da intervenção ministerial.....	254
6. Questões.....	255
5. DO JUIZ.....	256
1. Introdução.....	256
2. Impedimento do juiz.....	257
3. Suspeição.....	257
4. Poderes e deveres do juiz.....	258
4.1. A vedação ao <i>non liquet</i>	259
4.2. Excepcionalmente admite-se julgamento por equidade.....	260
4.3. A necessidade de respeitar os limites da lide (o princípio da demanda).....	260
4.4. Outros poderes e deveres.....	261
5. Responsabilidade do juiz.....	261
6. Questões.....	262
6. AUXILIARES DA JUSTIÇA.....	263
1. Introdução.....	263
2. Quem são?.....	263

LIVRO IV

DOS ATOS PROCESSUAIS.....	265
1. NATUREZA E ESPÉCIES.....	266
1. Introdução.....	266
2. Conceito de ato processual.....	266
3. Omissões processualmente relevantes.....	266
4. Classificação dos atos processuais.....	267
4.1. Atos das partes.....	267
4.2. Atos do juiz.....	267
2. FORMA E REQUISITOS.....	269
1. Forma dos atos processuais.....	269

1.1. O processo eletrônico.....	269
1.2. Comunicação eletrônica dos atos processuais.....	270
2. Requisitos dos atos processuais.....	270
2.1. Requisitos gerais quanto ao modo dos atos processuais.....	270
2.2. Requisitos gerais quanto ao lugar.....	271
2.3. Requisitos gerais quanto ao tempo.....	272
2.4. Preclusão.....	276
3. Esquema dos atos processuais quanto aos requisitos.....	278
4. Invalidez do ato processual.....	278
4.1. Atos meramente irregulares.....	278
4.2. Nulidades processuais.....	279
4.3. Nulidades absolutas ou relativas.....	279
4.4. Como distinguir entre nulidade absoluta e relativa?.....	280
4.5. As nulidades e a instrumentalidade das formas.....	280
4.6. O efeito expansivo das nulidades.....	281
4.7. Regularização do processo.....	281
4.8. Os atos processuais inexistentes.....	282
4.9. Esquema geral das invalidezes do processo.....	282
3. DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS.....	283
1. Introdução.....	283
2. Carta rogatória.....	283
3. Carta de ordem.....	283
4. Carta precatória.....	284
5. Citações e intimações.....	284
4. DISTRIBUIÇÃO E REGISTRO.....	285
1. Introdução.....	285
2. Hipóteses de distribuição por dependência.....	285
LIVRO V	
FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO CIVIL.....	287
1. FORMAÇÃO DO PROCESSO.....	288
1. A propositura da demanda — iniciativa da parte.....	288
2. O impulso oficial.....	289
2. SUSPENSÃO DO PROCESSO.....	290
1. Introdução.....	290
1.1. Morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou procurador.....	290
1.2. Convenção das partes.....	290
1.3. Oposição de exceção ritual de incompetência do juiz e suspeição ou impedimento do juiz.....	290
1.4. Sentença de mérito que depende do julgamento de um outro processo, ou da verificação de fato, ou da produção de certa prova, requisitada a outro juízo, ou ainda do julgamento de questão de estado objeto de declaração incidente.....	291

1.5. Força maior	291
1.6. Demais casos previstos em lei	291
3. EXTINÇÃO DO PROCESSO DE CONHECIMENTO.....	292
1. Introdução	292
2. Extinção do processo sem resolução de mérito	292
2.1. Quando o juiz indeferir a petição inicial	292
2.2. Quando fique parado por mais de um ano por negligência das partes	293
2.3. Quando, por não promover os atos e diligências que lhe compete, o autor abandonar a causa por mais de trinta dias	293
2.4. Quando se verificar a ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo	293
2.5. Quando o juiz acolher a alegação de preempção, litispendência e coisa julgada	294
2.6. Quando não concorrer qualquer das condições da ação, como a possibilidade jurídica, a legitimidade das partes e o interesse processual.....	294
2.7. Quando houver convenção de arbitragem.....	294
2.8. Quando houver desistência da ação.....	294
2.9. Quando a ação for considerada intransmissível por disposição legal	295
2.10. Quando ocorrer confusão entre autor e réu	295
2.11. Nos demais casos prescritos em lei.....	295
3. Consequências da extinção do processo sem julgamento de mérito.....	296
3.1. A reiteração de ações	296
3.2. A cessação da litispendência.....	296
3.3. A interrupção da prescrição.....	297
4. Da resolução de mérito.....	297
4.1. Introdução	297
4.2. Quando o juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor	297
4.3. Quando o réu reconhecer a procedência do pedido.....	297
4.4. Quando as partes transigirem.....	298
4.5. Quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição	298
4.6. Quando o autor renunciar ao direito em que se funda a ação	298
5. Questões.....	299

LIVRO VI

DO PROCESSO E DO PROCEDIMENTO	301
1. DO PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO.....	302
1. Introdução	302
2. FASE POSTULATÓRIA.....	303
1. Petição inicial.....	303
1.1. Introdução	303
1.2. Requisitos da petição inicial	303
1.3. Pedido.....	307
1.4. Indeferimento da inicial.....	312
1.5. O juízo de admissibilidade positivo.....	314

2.	Resposta do réu	328
2.1.	Introdução	328
2.2.	As variadas formas de resposta	328
2.3.	Prazo de resposta no procedimento ordinário.....	328
2.4.	Da contestação	329
2.5.	Exceções rituais	333
2.6.	Reconvenção	340
2.7.	Ação declaratória incidental	346
2.8.	Impugnação ao valor da causa	350
3.	Revelia	351
3.1.	Introdução	351
3.2.	Revelia e contumácia	352
3.3.	Efeitos da revelia	352
4.	Questões	357
3.	FASE ORDINATÓRIA.....	360
1.	Introdução	360
2.	A revelia e o julgamento antecipado da lide.....	360
3.	A ação declaratória incidental	361
4.	Réplica.....	361
5.	Regularização.....	362
6.	Especificação de provas.....	362
7.	Julgamento conforme o estado do processo	363
7.1.	Extinção do processo	363
7.2.	Julgamento antecipado do mérito	364
7.3.	Audiência preliminar	365
4.	FASE INSTRUTÓRIA.....	368
1.	Introdução	368
2.	Natureza jurídica das provas.....	368
3.	Classificação das provas	369
4.	Objeto da prova	369
5.	Fatos que não precisam ser comprovados.....	369
6.	Presunções e indícios	370
6.1.	Presunções simples ou <i>hominis</i>	370
7.	Prova de fato negativo	371
8.	O juiz e a produção da prova.....	371
9.	Ônus da prova.....	372
9.1.	A prova como ônus.....	373
9.2.	Ônus da prova — aspecto subjetivo e objetivo	373
9.3.	Distribuição do ônus da prova	373
9.4.	Inversão do ônus da prova.....	374
10.	Hierarquia das provas	378
11.	Provas ilícitas	379
11.1.	A gravação e a interceptação telefônica.....	380
12.	Meios de prova	380
13.	Da prova documental	381

13.1. Introdução	381
13.2. Conceito de documento.....	381
13.3. Classificação dos documentos	382
13.4. Exibição de documento ou coisa.....	383
13.5. Força probante dos documentos	387
13.6. Eficácia das reproduções	387
13.7. O incidente de falsidade documental.....	388
13.8. Produção da prova documental.....	391
14. Prova pericial	392
14.1. Introdução	392
14.2. Espécies de perícia.....	392
14.3. Admissibilidade da prova pericial	392
14.4. O perito	393
15. Inspeção judicial	398
15.1. Introdução	398
15.2. Procedimento	398
16. Prova testemunhal	399
16.1. Introdução	399
16.2. Admissibilidade e valor da prova testemunhal.....	399
16.3. A testemunha	400
17. Depoimento pessoal.....	406
17.1. Introdução	406
17.2. Quem pode requerê-lo e prestá-lo.....	407
17.3. Pena de confissão.....	407
17.4. Procedimento	407
18. Interrogatório das partes.....	408
18.1. Introdução	408
18.2. Procedimento	408
19. Confissão.....	409
19.1. Introdução	409
19.2. Espécies de confissão.....	409
19.3. Eficácia da confissão	410
19.4. Perda de eficácia da confissão	410
19.5. Indivisibilidade da confissão	411
20. Audiência de instrução e julgamento.....	411
20.1. Introdução	411
20.2. Procedimento da audiência de instrução e julgamento	412
20.3. Adiamento da audiência.....	415
21. Questões	416
5. FASE DECISÓRIA	420
1. Sentença	420
1.1. Introdução	420
1.2. A conceituação atual de sentença	420
1.3. Espécies de sentença	422
1.4. Requisitos essenciais da sentença.....	423

1.5.	As sentenças meramente terminativas.....	425
1.6.	As sentenças de improcedência de plano	425
1.7.	Oportunidades em que a sentença poderá ser proferida.....	425
1.8.	Defeitos da sentença.....	426
1.9.	Possibilidade de correção da sentença.....	428
1.10.	Efeitos da sentença.....	429
1.11.	A sentença que condena à declaração de uma emissão de vontade	431
1.12.	Sentença condicional?.....	432
1.13.	Os capítulos da sentença	432
1.14.	A sentença e os fatos supervenientes.....	433
1.15.	Efeitos secundários da sentença.....	434
2.	Coisa julgada	435
2.1.	Introdução	435
2.2.	A coisa julgada não é efeito da sentença.....	435
2.3.	As formas de manifestação da coisa julgada.....	436
2.4.	Os tipos de sentença (ou acórdão) que se revestem da autoridade da coisa julgada	437
2.5.	Limites objetivos da coisa julgada.....	438
2.6.	Limites subjetivos da coisa julgada	441
2.7.	Mecanismos pelos quais se pode afastar a coisa julgada	442
2.8.	Relativização da coisa julgada	442
3.	Da ação rescisória	444
3.1.	Introdução	444
3.2.	Outros mecanismos de impugnação das sentenças transitadas em julgado.....	444
3.3.	Outras situações em que não cabe a rescisória.....	446
3.4.	Ação rescisória contra decisão interlocutória?.....	446
3.5.	Juízo rescindente e juízo rescisório	448
3.6.	Natureza jurídica da ação rescisória	448
3.7.	Requisitos de admissibilidade.....	449
3.8.	Hipóteses de cabimento (CPC, art. 485)	452
3.9.	Procedimento da ação rescisória	457
3.10.	Prazo	461
4.	Questões	462
6.	PROCEDIMENTO SUMÁRIO.....	464
1.	Introdução	464
2.	Hipóteses de admissibilidade.....	464
2.1.	O valor da causa (art. 275, I, do CPC)	465
2.2.	O procedimento sumário em razão da matéria.....	465
2.3.	Procedimento	467
2.4.	Panorama das principais diferenças entre o procedimento sumário e o ordinário..	474

LIVRO VII

DOS RECURSOS.....	475
1. TEORIA GERAL.....	476
1. Introdução	476

2. Conceito	476
3. Características dos recursos.....	476
3.1. Interposição na mesma relação processual.....	476
3.2. A aptidão para retardar ou impedir a preclusão ou a coisa julgada	477
3.3. Correção de erros de forma ou de conteúdo.....	477
3.4. Impossibilidade, em regra, de inovação	478
3.5. O sistema de interposição	478
3.6. A decisão do órgão <i>ad quem</i> em regra substitui a do <i>a quo</i>	479
3.7. O não conhecimento do recurso e o trânsito em julgado	479
4. Atos processuais sujeitos a recurso.....	480
5. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito dos recursos.....	480
6. Requisitos de admissibilidade dos recursos	481
6.1. Requisitos de admissibilidade intrínsecos.....	481
6.2. Requisitos extrínsecos.....	485
6.3. Inexistência de súmula impeditiva de recurso.....	489
7. Modo de interposição dos recursos — o recurso principal e o adesivo	490
7.1. Processamento do recurso adesivo	491
8. Princípios fundamentais do direito recursal.....	493
8.1. Introdução	493
8.2. Princípio da taxatividade	493
8.3. Princípio da singularidade ou da unirecorribilidade	497
8.4. Princípio da fungibilidade dos recursos	498
8.5. Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	499
9. Efeitos dos recursos	500
9.1. Introdução	500
9.2. Efeito devolutivo	500
9.3. Efeito suspensivo.....	503
9.4. Efeito translativo	506
9.5. Efeito expansivo.....	507
9.6. Efeito regressivo.....	508
2. DOS RECURSOS EM ESPÉCIE.....	509
1. Apelação.....	509
1.1. Conceito	509
1.2. Requisitos de admissibilidade.....	509
1.3. Efeitos da apelação.....	510
1.4. Possibilidade de inovar na apelação	511
1.5. Processamento da apelação.....	512
2. Agravo	514
2.1. Introdução	514
2.2. Cabimento	514
2.3. Espécies.....	515
3. Embargos infringentes	522
3.1. Introdução	522
3.2. Cabimento	522

3.3. Processamento	524
3.4. Efeitos.....	525
4. Embargos de declaração	526
4.1. Introdução	526
4.2. Cabimento	526
4.3. Requisitos de admissibilidade.....	528
4.4. Processamento dos embargos	528
4.5. Efeitos dos embargos de declaração	528
4.6. Embargos de declaração com efeito modificativo.....	529
5. Recurso ordinário	530
5.1. Introdução	530
5.2. Cabimento	530
5.3. Processamento	531
6. Recurso extraordinário e recurso especial.....	531
6.1. Introdução	531
6.2. Requisitos comuns de admissibilidade do recurso extraordinário e especial	532
6.3. Procedimento de interposição e admissão do RE e do REsp.....	537
6.4. Recurso especial	540
6.5. Recurso extraordinário	544
7. Embargos de divergência em recurso especial e em recurso extraordinário.....	548
7.1. Introdução	548
7.2. Processamento	548
8. Questões	549

LIVRO VIII

DA EXECUÇÃO CIVIL	555
--------------------------------	------------

1. DA EXECUÇÃO EM GERAL.....	556
1. Introdução	556
2. Como localizar, no CPC, os dispositivos que tratam da execução civil	557
3. O que é execução?.....	557
4. Instrumentos da sanção executiva.....	558
5. Espécies de execução	559
5.1. Execução mediata e imediata	559
5.2. Execução específica	559
5.3. Execução por título judicial ou extrajudicial.....	560
5.4. Execução definitiva ou provisória	560
6. Princípios gerais da execução	563
6.1. Princípio da autonomia	563
6.2. Princípio da patrimonialidade	564
6.3. Princípio do exato adimplemento	564
6.4. Princípio da disponibilidade do processo pelo credor.....	565
6.5. Princípio da utilidade.....	565
6.6. Princípio da menor onerosidade	565
6.7. Princípio do contraditório.....	566
7. Atos executivos	566

8. Competência para a execução civil.....	567
8.1. Competência para processar o cumprimento de sentença.....	567
8.2. Competência para a execução de título extrajudicial.....	568
9. Das partes na execução.....	569
9.1. Legitimidade ativa.....	569
9.2. Legitimidade passiva.....	572
9.3. Litisconsórcio na execução.....	575
9.4. Intervenção de terceiros.....	575
10. Dos requisitos necessários para a execução.....	576
10.1. Do inadimplemento do devedor.....	576
10.2. Título executivo.....	578
11. Da responsabilidade patrimonial.....	591
11.1. Obrigação e responsabilidade.....	591
11.2. Bens sujeitos à execução.....	591
11.3. Bens não sujeitos à execução.....	592
11.4. Responsabilidade patrimonial de terceiros.....	593
2. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	601
1. Introdução.....	601
2. Das diversas espécies de liquidação.....	601
3. Fase de liquidação.....	602
4. Legitimidade para a liquidação.....	602
5. Natureza da liquidação.....	602
6. Liquidação provisória.....	603
7. Vedação de sentença ilíquida.....	604
8. Sentença parte líquida, parte ilíquida.....	604
9. Cálculo do contador.....	604
10. Liquidação por arbitramento.....	605
11. Liquidação por artigos.....	606
12. A liquidação é julgada por decisão interlocutória.....	607
13. Liquidação de sentença genérica em ação civil pública.....	607
14. Liquidações no curso da fase de execução.....	608
3. EXECUÇÃO ESPECÍFICA.....	609
1. Introdução.....	609
2. Providências que assegurem resultado prático equivalente.....	609
3. Conversão em perdas e danos.....	610
4. Mecanismos para compelir o devedor a cumprir a obrigação.....	610
4.1. A multa.....	611
4. PROCEDIMENTO DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO.....	614
5. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL.....	615
1. Execução tradicional.....	615
2. Aspectos comuns a todas as espécies de execução por título extrajudicial.....	615
2.1. Petição inicial.....	615

2.2. Citação do executado	616
2.3. Efeitos da citação válida	616
3. Processo de execução para entrega de coisa certa	617
4. Processo de execução para entrega de coisa incerta.....	617
5. Processo de execução de obrigação de fazer e não fazer	618
5.1. Execução das obrigações de fazer fungíveis (procedimento).....	618
6. Execução por quantia certa contra devedor solvente.....	620
6.1. Introdução	620
6.2. Petição inicial.....	620
6.3. Despacho inicial.....	621
6.4. Citação.....	621
6.5. O arresto.....	622
6.6. Curador especial	622
6.7. Do pagamento	623
6.8. Da penhora e do depósito.....	623
6.9. Da avaliação de bens.....	628
6.10. Intimação do executado	629
6.11. Outras intimações	629
6.12. Expropriação.....	630
7. Da defesa do devedor nas execuções fundadas em título extrajudicial.....	635
7.1. Introdução	635
7.2. Dos embargos de devedor	635
7.3. Embargos de segunda fase.....	642
7.4. Outras formas de defesa.....	643
6. O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (EXECUÇÃO FUNDADA EM TÍTULO JUDICIAL)	646
1. Introdução	646
2. Evolução da execução fundada em título judicial.....	646
3. Cumprimento das sentenças condenatórias em obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa.	647
4. Cumprimento de sentença condenatória ao pagamento de quantia certa contra devedor solvente — procedimento.....	647
5. O início da execução	648
5.1. O prazo para pagamento voluntário.....	648
5.2. A multa.....	649
5.3. A iniciativa do credor.....	650
6. O arquivamento por inércia	650
7. Prescrição intercorrente	650
8. Honorários advocatícios na fase executiva	651
9. Mandado de penhora de avaliação.....	651
10. Intimação da penhora.....	652
11. Da defesa do executado em juízo.....	652
11.1. Introdução	652
11.2. Impugnação.....	652
12. Peculiaridades do cumprimento de sentença condenatória por ato ilícito.....	661

13. Execução de sentença penal condenatória, sentença arbitral e sentença estrangeira.....	662
14. Execução por quantia certa contra a Fazenda Pública	662
14.1. Impossibilidade de penhora de bens.....	663
14.2. A citação e a possibilidade de oposição de embargos — prazo	663
14.3. A não oposição dos embargos.....	664
14.4. Os embargos.....	664
14.5. O precatório	665
15. Execução de pensão alimentícia	665
15.1. Execução de alimentos pelo procedimento tradicional.....	666
15.2. Execução especial de alimentos	666
16. Execução por quantia certa contra devedor insolvente.....	669
16.1. Introdução	669
16.2. Procedimento — as duas fases	669
17. A reforma da execução e o direito intertemporal	671
7. DA SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DAS EXECUÇÕES	673
1. Da suspensão do processo de execução	673
2. Extinção da execução.....	674
3. A sentença de extinção.....	674
4. Questões	675
LIVRO IX	
DA TUTELA ANTECIPADA E DA TUTELA CAUTELAR.....	681
1. DA TUTELA ANTECIPADA	683
1. Introdução	683
2. A tutela antecipada e a efetividade do processo	683
3. Conceito	684
4. Satisfatividade e caráter provisório.....	684
5. Tutela antecipada e cautelar	685
6. Requisitos para a concessão da tutela antecipada.....	685
6.1. Requerimento do autor.....	686
6.2. Prova inequívoca da verossimilhança da alegação.....	686
6.3. Perigo de dano irreparável ou de difícil reparação.....	687
6.4. O abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.....	688
6.5. A não irreversibilidade dos efeitos do provimento.....	689
6.6. A tutela antecipada em caso de incontrovérsia	689
6.7. A tutela antecipada nas obrigações de fazer ou não fazer (art. 461, § 3º, do CPC) e de entrega de coisa (art. 461-A, § 3º)	690
6.8. Tipos de processo em que cabe a antecipação de tutela	691
6.9. Momento para a concessão da tutela antecipada	693
6.10. Possibilidade de revogação e modificação	695
6.11. Recurso cabível	695
6.12. Fungibilidade entre tutela cautelar e antecipada	695
6.13. Tutelas antecipadas contra a Fazenda Pública.....	698
6.14. A efetivação das tutelas antecipadas.....	699

2. DA TUTELA CAUTELAR	701
1. Introdução	701
2. A tutela cautelar como uma das espécies de tutela de urgência	701
3. Em que consiste a tutela cautelar?	702
4. Cautelares satisfativas?	702
5. Processo cautelar e medidas cautelares	704
6. É possível obter tutela cautelar fora do processo cautelar?	704
7. As liminares	705
7.1. A pouca utilidade da expressão “liminar” no sistema atual.....	706
8. Características da tutela cautelar	706
8.1. Acessoriedade	706
8.2. Autonomia.....	707
8.3. Urgência	707
8.4. Sumariedade da cognição	707
8.5. Provisoriedade.....	708
8.6. Revogabilidade e perda de eficácia.....	708
8.7. Inexistência de coisa julgada material	710
8.8. Impossibilidade de reiteração, quando há cessação de eficácia	710
8.9. Fungibilidade	710
9. Eficácia da tutela cautelar	711
9.1. Perda de eficácia quando não ajuizada a ação principal no prazo de trinta dias	711
9.2. Perda de eficácia por falta de execução dentro de trinta dias.....	713
9.3. Perda de eficácia quando o juiz declara extinto o processo principal, com ou sem julgamento de mérito	713
10. Poder geral de cautela	713
10.1. O poder geral de cautela dá ao juiz poderes para conceder tutelas cautelares de ofício?	714
10.2. Momentos em que pode haver o exercício do poder geral de cautela	715
11. O processo cautelar — condições da ação e mérito	715
11.1. <i>Fumus boni juris</i>	716
11.2. <i>Periculum in mora</i>	717
12. Procedimento do processo cautelar — disposições gerais	717
12.1. Introdução	717
12.2. Processo cautelar preparatório e incidente	718
12.3. A relação processual autônoma	719
12.4. Competência.....	719
12.5. Petição inicial.....	722
12.6. A liminar.....	724
12.7. Intervenção de terceiros.....	725
12.8. Citação.....	726
12.9. Resposta do réu	726
12.10. Sentença	727
12.11. Recursos	728
12.12. Coisa julgada.....	728
12.13. A caução.....	728

12.14. Responsabilidade civil do requerente	729
12.15. Tutela cautelar contra a Fazenda Pública.....	730
3. DOS PROCEDIMENTOS CAUTELARES ESPECÍFICOS	731
1. Introdução	731
2. Arresto.....	731
2.1. Introdução	731
2.2. Requisitos.....	732
2.3. Bens que podem ser arrestados.....	734
2.4. Procedimento	734
3. Sequestro.....	735
3.1. Introdução	735
3.2. Requisitos.....	735
3.3. Procedimento	736
4. Busca e apreensão	737
4.1. Introdução	737
4.2. Procedimento	738
5. Da exibição.....	738
5.1. Introdução	738
5.2. Cabimento	739
5.3. Procedimento	740
6. Produção antecipada de provas.....	740
6.1. Introdução	740
6.2. Tipos de provas que podem ser antecipadas.....	741
6.3. Procedimento	741
7. Dos alimentos provisionais.....	744
7.1. Introdução	744
7.2. Alimentos provisionais não se confundem com provisórios.....	744
7.3. Hipóteses de cabimento	745
7.4. Procedimento	745
8. Do atentado	745
8.1. Introdução	745
8.2. Requisitos.....	746
8.3. Procedimento do atentado	746
9. Questões	747

LIVRO X

DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	751
1. DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA.....	752
1. Introdução	752
2. Por que alguns procedimentos são especiais e outros não?.....	752
3. Os vários tipos de procedimentos especiais	752
4. Uma seleção dos processos de procedimentos especiais de jurisdição contenciosa.....	753
5. Da consignação em pagamento.....	753

5.1.	Introdução	753
5.2.	Dois tipos de ação de consignação	754
5.3.	Quais os bens que podem ser consignados?	754
5.4.	Até quanto é possível requerer a consignação em pagamento?	755
5.5.	É possível, em ações de consignação, discutir a validade de cláusulas contratuais?	755
5.6.	Procedimento	756
6.	Da ação de depósito	764
6.1.	Introdução	764
6.2.	Depósito judicial — desnecessidade de ação	765
6.3.	A prisão civil do depositário infiel	765
6.4.	Procedimento	765
7.	Da ação de prestação de contas.....	768
7.1.	Introdução	768
7.2.	Alguns exemplos de relações das quais resulta a obrigação de prestar contas.....	768
7.3.	Natureza dúplice	769
7.4.	A ação de exigir contas e a de prestá-las	770
7.5.	Da ação de exigir contas	770
7.6.	Da ação de dar contas	772
7.7.	Forma pela qual as contas devem ser prestadas, tanto na ação de exigir como na de dar contas	773
7.8.	Prestação de contas por dependência.....	773
8.	Ações possessórias.....	774
8.1.	Introdução	774
8.2.	Peculiaridades das ações possessórias	777
8.3.	Procedimento das ações possessórias.....	781
9.	Ação de nunciação de obra nova.....	788
9.1.	Introdução	788
9.2.	Natureza	788
9.3.	Nunciação de obra nova e dano infecto	789
9.4.	Hipóteses de cabimento	789
9.5.	Procedimento	791
10.	Ação de usucapião de imóveis	794
10.1.	Introdução	794
10.2.	Procedimento especial?	795
10.3.	Competência.....	795
10.4.	Natureza	795
10.5.	Legitimados ativos	796
10.6.	Legitimados passivos	796
10.7.	Intimações necessárias	797
10.8.	Procedimento	797
11.	Do inventário e da partilha	798
11.1.	Introdução	798
11.2.	Casos em que o inventário pode ser feito por escritura pública, dispensando-se o inventário judicial	798

11.3. Inventário	799
11.4. Inventário e partilha.....	801
11.5. Procedimento do inventário.....	801
11.6. Da partilha	810
11.7. Inventário conjunto	813
11.8. Arrolamento	813
11.9. Arrolamento sumário.....	814
12. Dos embargos de terceiro.....	815
12.1. Introdução	815
12.2. Requisitos específicos de admissibilidade	815
12.3. Casos especiais de embargos de terceiro.....	819
12.4. Procedimento	820
13. Da arbitragem.....	823
13.1. Introdução	823
13.2. O que é arbitragem?	824
13.3. A utilidade da arbitragem	824
13.4. Limites da arbitragem.....	824
13.5. Constitucionalidade da arbitragem.....	825
13.6. Espécies de arbitragem	825
13.7. Da convenção de arbitragem e seus efeitos.....	825
13.8. Os árbitros.....	828
13.9. O procedimento arbitral.....	829
13.10. Sentença arbitral	829
14. Procedimento monitório	831
14.1. Introdução	831
14.2. Espécies de procedimento monitório.....	831
14.3. Facultatividade do procedimento monitório.....	831
14.4. Natureza da ação monitória	832
14.5. Requisitos.....	832
14.6. Ação monitória contra a Fazenda Pública?.....	834
14.7. Procedimento	835
15. Juizados Especiais Cíveis.....	842
15.1. Introdução	842
15.2. Fundamento constitucional e legal	842
15.3. Natureza	843
15.4. Princípios	843
15.5. Competência.....	845
15.6. Litisconsórcio e intervenção de terceiros	851
15.7. O advogado no juizado especial cível.....	851
15.8. Do juiz, dos conciliadores e dos juízes leigos	852
15.9. Procedimento	853

2. DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 869

1. Introdução	869
---------------------	-----

2. Natureza	869
3. Distinções entre jurisdição voluntária e contenciosa	869
4. Características da jurisdição voluntária.....	870
5. Regras gerais do procedimento.....	871
5.1. Legitimidade	871
5.2. Petição inicial e citação.....	871
5.3. Intervenção do Ministério Público	871
5.4. Resposta	872
5.5. Instrução e sentença.....	872
5.6. Recursos.....	872
6. Pedidos que obedecem ao procedimento examinado nos itens anteriores (5.1 a 5.6).....	872
7. Dois procedimentos específicos de jurisdição voluntária	873
7.1. Separação consensual	873
8. Questões	879
REFERÊNCIAS.....	885